

O ÍNDICE DE DIVERSIFICAÇÃO E O GRAU DE EXPOSIÇÃO AO MERCADO DOS AGRICULTORES PRODUTORES DE TABACO DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE SANTA CRUZ DO SUL

Kathleen Rodrigues Krüger da Silveira¹

Cidonea Deponti Machado²

Silvio Cezar Arend³

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar o processo de diversificação produtiva da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul dos agricultores associados à Associação de Fumicultores do Brasil (AFUBRA). Para tanto, analisou-se o grau de exposição ao mercado e o grau de diversificação destes agricultores. Os dados utilizados são de caráter secundário, tomando por base as informações obtidas no Núcleo de Pesquisa Social (NUPES) da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. A pesquisa possui uma amostra de 197 entrevistados e se caracteriza por ser descritivo-analítica. O tabaco é o produto mais cultivado nesta Microrregião e o tamanho médio das propriedades (12 hectares) colabora para o desenvolvimento da monocultura do tabaco e a dependência do mesmo. Desta forma, a diversificação dos meios de vida poderia ser uma estratégia relevante para esses agricultores, pois permite maior autonomia, qualidade de vida e possibilidade de ampliar as fontes de renda.

Palavras-chave: Fumicultores; Índice de diversificação; Grau de exposição ao mercado; Meios de vida.

DIVERSIFICATION INDEX AND MARKET EXPOSURE DEGREE OF TOBACCO GROWERS AT GEOGRAPHIC MICROREGION OF SANTA CRUZ DO SUL

ABSTRACT

This study aimed to analyze the process of productive diversification of the geographical micro-region of Santa Cruz do Sul referring to the farmers associated with the Brazilian Tobacco Growers Association (AFUBRA). To this end, we analyzed the degree of market exposure and the degree of diversification of these farmers. The data used are of secondary character, based on the information obtained at the Social Research Center (NUPES) from the University of Santa Cruz do Sul – UNISC. The survey has a sample of 197 respondents and it is descriptive and analytical. Tobacco is the most cultivated product in this micro-region and the average size of the properties (in average 12 hectares) contributes to the development of tobacco monoculture and the dependence thereof. Thus, diversification of livelihoods could be an important strategy for these farmers because it allows greater autonomy, quality of life and ability to broaden the sources of income.

Keywords: Tobacco growers; Diversification index; Market exposure degree; Livelihoods.

JEL Codes: Q11; Q12.

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNISC), bolsista CAPES. E-mail: kathleen_kruger@hotmail.com

² Dr.^a em Desenvolvimento Rural (UFRGS), docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNISC). E-mail: cidonea@unisc.br

³ Dr. em Economia (UFRGS), docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNISC). E-mail: silvio@unisc.br



1 INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva analisar o Índice de Diversificação e o Grau de Exposição ao Mercado dos agricultores produtores de tabaco da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, tendo em vista o conhecimento empírico da dependência econômica destes agricultores para com este cultivo.

Para alcançar estes objetivos tornou-se por base os dados disponibilizados pelo Núcleo de Pesquisa Social da Universidade de Santa Cruz do Sul (NUPES) e referem-se à pesquisa realizada no ano de 2011, a pedido da AFUBRA, intitulada “As famílias agricultoras que cultivam fumo no Sul do Brasil: um diagnóstico a partir dos fumicultores associados à Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA)”.

Inicialmente é necessário compreender a formação da Microrregião e assim tornar clara a delimitação do tema em questão. Posteriormente aborda-se a dependência econômica das famílias produtoras de tabaco desta Microrregião e as possíveis causas e consequências que a ratificação da Convenção Quadro poderá causar nestas famílias.

Com base nesta situação de dependência e vulnerabilidade em que estes agricultores se encontram buscou-se compreender o processo de diversificação produtiva através do enfoque dos meios de vida de Frank Ellis que também discute o desenvolvimento rural e os processos de diversificação produtiva.

2 A DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA

Muitas famílias produtoras de tabaco não produzem outros cultivos em suas propriedades além do tabaco, gerando dependência econômica exclusiva deste cultivo. Assim, a Microrregião estudada caracteriza-se pela dependência⁴ deste produto. Frente ao acordo da Convenção Quadro para Controle do Tabaco⁵ da Organização Mundial da Saúde (CQCT/OMS) assinada pelo Brasil em 2005, a qual tem por objetivo o controle da produção do tabaco, a diminuição de seu uso e o controle dos locais onde está sendo consumido, esta temática torna-se relevante para discussões acerca da situação dos produtores da região.

⁴ Entende-se dependência o fato de muitos agricultores terem apenas a renda da venda do tabaco para sobreviverem.

⁵ É um tratado internacional de saúde pública, criado em 2003, que surgiu através das reivindicações da sociedade frente a todas as informações, problemas que o cigarro pode causar à saúde humana (SILVEIRA, 2013).

Desde o início das discussões da Convenção Quadro para Controle do Tabaco o debate em torno da cadeia produtiva do tabaco foi ampliado e trouxe mudanças significativas e concretas para a cadeia, exigindo a busca por alternativas para que os agricultores produtores se protejam das dificuldades e das incertezas do mercado. Para tanto, na busca de se solidificar uma resposta para tais dificuldades, buscou-se embasamento teórico acerca do tema dos meios de vida e das categorias analíticas subjacentes: autonomia, flexibilidade, vulnerabilidade, desenvolvimento, renda, qualidade de vida, resistência, diversificação e especialização, entre outras questões importantes para o desenvolvimento destes agricultores e da Microrregião.

Ellis (2000) defende a diversificação dos meios de vida como uma maneira de subsistência de várias famílias rurais, pois através dela as famílias poderão encontrar outras oportunidades para, assim, enfrentar os diversos e desconhecidos obstáculos, ou, como o próprio autor relata, as vulnerabilidades que por certas vezes muitos encontram.

De acordo com Ellis (2001), quando as famílias decidem pelo processo de diversificação geralmente obedecem a certo conjunto de fatores, de causas e de motivações, que podem variar significativamente em diferentes situações em um determinado ponto no tempo. No que diz respeito às causas para diversificação, estas podem ser motivos específicos de localização ou de um determinado desastre. Desta forma, cada local que diversifica acaba por obter um conceito diferenciado para a diversificação, pois seus motivos são diferenciados.

Ellis (2001) salienta que é muito complicado delimitar o conceito dos meios de vida, pois é algo que vai se transformando, conforme as complexidades que este termo abrange. O conceito de meios de vida no dicionário refere-se a meio para a vida. Assim, pode-se analisar que só neste contexto já se refere a algo muito amplo, pois vai além da esfera econômica, direciona a atenção para a maneira pela qual a vida é obtida. E como a vida é obtida em situações de pobreza no meio rural?

Com esta pergunta o autor vai encaminhando ao conceito de capacidade, que é um dos passos para se chegar à definição dos meios de vida. A capacidade é o conjunto de ações alternativas que uma pessoa pode conseguir com as suas características econômicas, sociais e pessoais (ELLIS, 2001).

Outro passo para se chegar ao conceito de meios de vida é conhecer os componentes analiticamente úteis dos seus ativos, que são: capital natural (terra,

água, árvores); capital físico (bens trazidos à existência por meio de processos de produção econômica); capital humano (nível de escolaridade e estado de saúde de indivíduos e populações); capital financeiro (ações e dinheiro que podem ser acessados, a fim de adquirir bens); e capital social (as redes sociais e associações que as pessoas participam).

Esses componentes sustentam estratégias de subsistência individuais e familiares – um meio de vida compreende ativos (natural, físico, capital humano, capital financeiro e capital social), atividades e o acesso a estes (mediado por instituições e relações sociais), que definem em conjunto a vida adquirida pelo indivíduo ou pela família. Ou seja, os meios de vida irão depender dos ativos com que os indivíduos estão envolvidos e de como estes ativos são disponibilizados para ele, bem como a disponibilização vai depender do esforço do indivíduo para chegar até os ativos, de qual será sua capacidade, sua determinação de conquistar tais ativos.

Nesse sentido, Ellis (2000) ressalta a importância da diversificação dos meios de vida, pois através da ampliação das fontes de renda, os agricultores conseguirão melhores estratégias para se desviarem de situações adversas ou até mesmo enfrentá-las com maior facilidade, gerando maior autonomia e fortalecendo-se frente a atores e ativos externos.

A autonomia gerada pelos agricultores vai além da organização da produção e/ou da liberdade de escolha de como produzir os cultivos dentro da propriedade. Está relacionada com a compreensão de Almeida (1999), pois quando o agricultor possui autonomia ele consegue desenvolver uma estrutura de produção na sua propriedade, conforme o seu conhecimento e/ou conforme o que lhe foi passado por seus pais e/ou conforme o que ele busca conhecer, ou seja, outras formas de desenvolver algum tipo de cultivo, aumentando o leque de formas de produção.

3 O GRAU DE DIVERSIFICAÇÃO E A EXPOSIÇÃO AO MERCADO DOS PRODUTORES DE FUMO

Para obter o Índice de Diversificação e do Grau de Integração ao Mercado dos produtores de tabaco da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul utilizou-se da pesquisa realizada no ano de 2011 pelo Núcleo de Pesquisa Social da Universidade de Santa Cruz do Sul (NUPES), intitulada “As famílias agricultoras que

cultivam fumo no Sul do Brasil: um diagnóstico a partir dos fumicultores associados à Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA)”.

Tal pesquisa identificou os produtores fumicultores a partir do cadastro de associados da AFUBRA. A amostra foi sorteada aleatoriamente dentre os 132.630 agricultores associados e cadastrados na AFUBRA, obedecendo-se à proporcionalidade por Estado e por municípios. A amostra geral da pesquisa foi de 1.200 agricultores e para este estudo a amostra considerada representa a Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, constituindo-se em um total de 197 produtores de tabaco analisados, com margem de erro de 5% e com nível de confiabilidade de 95%, tornando a amostra representativa para o conjunto de agricultores da Microrregião.

A pesquisa foi realizada através de visitas aos produtores e utilização de um questionário para a obtenção das informações socioeconômicas. Os dados foram compilados no software Statistical Package for Social Sciences (SPSS). O Índice de Diversificação indica a participação de cada produto na receita total da propriedade. Logo, quanto menor o índice de diversificação, mais diversificada é a propriedade e, quanto maior o índice, mais especializada a propriedade, ou seja, mais dependente de um único produto para a obtenção da receita.

A classificação dos produtores quanto ao seu Índice de Diversificação está baseada no estudo realizado por Guanzirolli e Cardim (2000, p.70), os quais denominaram como “grau de especialização a relação percentual entre o valor da produção do produto principal e o valor da produção colhida/obtida (VBP) do estabelecimento”.

Os agricultores são classificados como ‘superespecializados’ se o percentual obtido com sua linha de exploração principal (PERCPROD) for igual a 100%; ‘especializados’ se $65\% \leq \text{PERCPROD} < 100\%$; ‘diversificados’ se $35\% \leq \text{PERCPROD} < 65\%$ e ‘muito diversificados’ se o percentual obtido com sua linha de exploração principal for inferior a 35%.

Já o Grau de Integração ao Mercado classifica os agricultores em três categorias: ‘muito integrado’, ‘integrado’ e ‘pouco integrado’. A divisão dos agricultores nestas três categorias também foi baseada no trabalho de Guanzirolli e Cardim (2000). Estes autores definiram que o grau de integração é igual ao percentual da produção vendida (receita efetiva com a atividade agropecuária)

dividido pelo valor bruto da produção (que inclui estoques e autoconsumo da propriedade). Conforme o resultado do percentual de venda é estabelecido a classificação do agricultor: o agricultor que possuir percentual de venda (PERCVEND) $\geq 90\%$ é considerado 'muito integrado ao mercado', se $50\% \leq \text{PERCVEND} < 90\%$ é considerado 'integrado ao mercado' e se $\text{PERCVEND} < 50\%$ o agricultor é considerado 'pouco integrado ao mercado'.

A classificação foi desenvolvida em três áreas das produções dos agricultores que traziam algum tipo de receita para a propriedade: a agricultura, a pecuária e a geral, que engloba o resultado total (produção agrícola + produção pecuária).

Primeiramente analisou-se a participação do tabaco na receita bruta total na propriedade, com um mínimo de 9,82% chegando a ser responsável por até 100% da receita bruta total. Em média a receita com a venda do tabaco representa 76,55% da receita total das propriedades.

Como identificado, o tabaco é um dos produtos mais cultivados nas propriedades e por este motivo foi o primeiro produto a ter seu índice calculado. Através da análise da participação da receita do tabaco na receita total dos agricultores desta Microrregião no ano de 2011, pode-se evidenciar que 2,1% dos agricultores são muito diversificados, 16% são diversificados, 81,4% são especializados e 0,5% são superespecializados.

Com base nos dados obtidos através do Índice de Diversificação analisaram-se outros produtos cultivados em cada propriedade, a saber: alho, milho, feijão, arroz, batata doce, batatinha, cana de açúcar, cebola, girassol, mandioca, melancia, soja, laranja, pêssigo, uva, pepino, tomate, aves, ovos, suínos e mel.

Através destes resultados, infere-se que existe diversificação, mas não com a finalidade de gerar renda nas propriedades, pois os produtos cultivados possuem o objetivo de autoconsumo para as famílias.

Posterior ao cálculo do Índice de Diversificação analisou-se o Grau de Integração ao Mercado (IM) dos agricultores. A primeira categoria a ser analisada foi a agricultura, sendo que esta apresentou os seguintes resultados: que 5,2% dos produtores da amostra possuem um IM (Grau de Integração ao Mercado) menor que 0,5, o que significa que são pouco integrados, porque vendem menos de 50% da produção.

Já 66,8% dos produtores tem um IM até 0,89. Isso significa que podem ser considerados integrados, pois vendem entre 50% e 90% da produção. Logo, mais da metade dos agricultores da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul são integrados a algum tipo de mercado. Completando a amostra de produtores da microrregião, 33,2% dos agricultores podem ser considerados muito integrados a algum tipo de mercado.

Calculando o IM da produção animal, ou seja, toda receita advinda da venda de animais, 6,2% dos agricultores são considerados pouco integrados, pois vendem menos de 50% da produção. Considerando o total da produção agrícola e pecuária, 5,1% dos produtores da amostra tem um IM menor que 0,5, significando que são pouco integrados, pois vendem menos de 50% de sua produção. Já 80% dos produtores possuem um IM até 0,89, ou seja, são considerados integrados e 20% dos produtores podem ser considerados muito integrados, pois tem um IM superior a 0,9.

Conforme os dados referentes à realidade da Microrregião de Santa Cruz do Sul, pode-se inferir que existe um grau de integração ao mercado considerável em todas as categorias analisadas (agricultura, animal e geral).

Os dados demonstraram que são poucos os produtos cultivados nas propriedades que tem como finalidade gerar receita para a propriedade. Produtos que anteriormente eram produzidos por agricultores desta microrregião, como é o caso da batata inglesa (VOGT, 1997), perderam expressão e hoje se reduzem, quando muito, a cultivos de subsistência e a produção utilizada para o autoconsumo dos produtores e/ou de suas criações, do ponto de vista do cálculo do Índice de Diversificação, pouco (ou nada) contribui para aumentar o índice.

Gazolla e Schneider (2007, p. 90) comentam sobre a importância do autoconsumo alimentar, “aquela parcela da produção animal, vegetal ou transformação caseira que foi produzida pelos membros de uma família e que é utilizada na alimentação do grupo doméstico correspondente de acordo com as suas necessidades”.

Logo, infere-se que o autoconsumo alimentar é o produto cultivado e transformado dentro da propriedade que não passa pelo mercado ou por algum processo de transformação externo. Com a produção de autoconsumo, os agricultores estão ampliando o seu portfólio, pois apesar do autoconsumo não gerar

receita, este gera apropriação de outras práticas agrícolas, contribuindo para a subsistência. Além disso, o autoconsumo permite a redução dos recursos monetários necessários para adquirir no mercado os bens destinados à sua subsistência, o que gera autonomia e/ou liberdade. Caso este agricultor queira aumentar a produção de algum destes cultivos será mais fácil, pois a maneira e/ou forma de cultivar já lhe é conhecida.

No entanto, com a entrada do tabaco como um cultivo que apresentava, inicialmente, ser mais rentável que os outros, os agricultores acabaram deixando de produzir para o autoconsumo (VOGT, 1997). Esse acontecimento foi um dos motivos para que a Microrregião se encontre atualmente nessa situação de dependência.

Logo, pode-se considerar a observação de Souza Filho *et al* (2004), de que os agricultores aumentam o grau de abertura e de inserção aos mercados e acabam focando em alguns produtos de maior valor agregado e, conseqüentemente, acabam elevando o grau de especialização da produção. No caso da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, os agricultores focaram no cultivo do tabaco porque acreditaram que este lhes proporcionaria maior rentabilidade e acabaram aumentando o grau de especialização da propriedade.

Outra questão apontada pelos autores que merece reflexão diz respeito à debilidade da unidade familiar estar associada à falta de apoio, ou seja, falta de capital social e/ou financeiro para os agricultores desta Microrregião. De acordo com Deponti e Schneider⁶ (2013, p. 22), a falta de acesso dos agricultores à assistência técnica (capital social/intelectual) em áreas de cultivo de tabaco deve-se a um paradoxo:

Os que mais necessitam de assistência técnica são os que menos acessam o serviço, ou seja, as famílias em maior vulnerabilidade social, com problemas financeiros e de sobrevivência das famílias são aquelas excluídas dos programas, em virtude da falta de informação, da situação financeira instável. Essas famílias serão excluídas e são justamente as que necessitam de ajuda e de acompanhamento.

Vale ressaltar que os agricultores produtores de tabaco possuem assistência técnica das empresas tabacaleiras, porém este auxílio é direcionado apenas ao cultivo do tabaco. Logo, estas famílias estão desconhecendo outras possíveis oportunidades de geração de renda para suas propriedades, pois há falta de

⁶ O estudo realizado por Deponti e Schneider (2013) refere-se ao município de Dom Feliciano – Projeto Piloto do Programa de Diversificação produtiva do MDA, porém estas conclusões também servem para a Microrregião de Santa Cruz do Sul no tocante à assistência técnica.

assistência técnica no que se refere a diferentes estratégias de geração de renda, que destaquem e valorizem o saber fazer dos agricultores da Microrregião.

Diante do exposto, nota-se que para a implementação da diversificação produtiva em áreas de cultivo de tabaco faz-se necessário, além da participação ativa dos agricultores, da participação do Estado, buscando desenvolver programas que permitam ampliar a autonomia dos agricultores, diminuindo a dependência do mercado e reduzindo o grau de vulnerabilidade.

Nessa esteira, Perondi e Schneider (2007, p. 3) acreditam que “a criação de diversidade em processos sociais e econômicos se refletem em fatores que pressionam e oportunizam a família, a adaptação e a diversificação de seu meio de vida e, por consequência, de seu meio rural, do local e da própria região”.

Entretanto, outro fato deve ser ressaltado, é se a assistência técnica das organizações competentes tem chegado a estes agricultores com a finalidade de mostrar novos instrumentos, habilidades para lidar com situações adversas e também novos caminhos possíveis a ser perseguidos. Assim, seria necessária a cooperação, tanto dos agricultores no sentido de buscar iniciativas e determinação para acessar novos ativos, como também seria necessário o comprometimento das instituições de levar novas estratégias e oportunidades de acesso aos ativos por parte dos agricultores. Dessa forma, todo e qualquer agricultor terá oportunidade de ter acesso aos ativos.

Outro fator que justifica a especialização da Microrregião é a dificuldade dos agricultores familiares encontrarem meios para comercialização dos demais cultivos desenvolvidos em suas propriedades. Observa-se que, caso houvesse canais adequados de comercialização, esta produção de subsistência poderia, de alguma forma, ser ampliada e processada, agregando valor, potencializando a venda no mercado e, assim, alavancando a lucratividade do agricultor.

Conforme mencionado, os agricultores familiares possuem técnicas para cultivar outros produtos em suas propriedades, produtos que, muitas vezes, são produzidos apenas para a sua subsistência, mas por falta de mercado, restringem as iniciativas dos agricultores em investir em outros cultivos, pois há incerteza de venda da produção. Situação esta que não ocorre na cadeia produtiva do tabaco, porque os contratos preestabelecidos entre o agricultor e a empresa amarram um ao outro e garantem a venda da produção.

4 CONCLUSÃO

Ao analisar os dados infere-se que não há diversificação produtiva expressiva na Microrregião de Santa Cruz do Sul, inclusive os agricultores analisados demonstraram especialização produtiva e alta integração ao mercado. Essa situação coloca-se contraditória ao enfoque dos meios de vida de Ellis, o qual salienta os aspectos positivos advindos da ampliação dos portfólios e dos capitais natural, social, econômico, etc. Além disso, a diversificação produtiva poderia gerar novas fontes de renda dentro das propriedades, ampliar a autonomia e reduzir o grau de vulnerabilidade frente ao mercado, constituindo-se uma alternativa para contornar as adversidades.

Conforme destacado, quanto maior a diversificação produtiva, maior a possibilidade de autonomia. Quando uma unidade se diversifica, amplia sua liberdade no mercado, pois não está dependendo de um único produto. Logo, consegue aumentar os seus lucros e principalmente reduzir a vulnerabilidade frente a situações climáticas, por exemplo, além de amenizar a dependência de empresas de insumos e de integradoras.

Somando-se a todas essas alternativas vislumbradas a partir da diversificação produtiva das propriedades, os agricultores poderão consumir e vender sua produção no mercado consumidor, de maneira que estarão internalizando os recursos dentro de sua propriedade, não ficando tão vulneráveis em relação aos atores e ativos externos.

Todavia, é importante observar que haja um despertar desses agricultores, havendo uma necessária mobilização, para que assim tornem-se atores ativos frente à problemática da dependência do tabaco.

Apesar de se evidenciar a dependência com o cultivo do tabaco, quase todos os agricultores produzem outros cultivos dentro da propriedade. No entanto, estes produtos não representam renda bruta, pois são produtos utilizados para a sua subsistência, que permitem a estes agricultores não precisarem buscar mercados, ou seja, não estão despendendo recursos financeiros para sua aquisição. Conforme verificado, a produção de outros cultivos além do tabaco caracteriza a diversificação produtiva das famílias que cultivam tabaco na Microrregião Geográfica de Santa

Cruz do Sul, no entanto esta produção está voltada majoritariamente para o autoconsumo das famílias e não impacta no Índice de Diversificação.

Por esse motivo é necessário proporcionar a esses agricultores acesso a estratégias de subsistência individual e familiar, no caso acesso a ativos (natural, físico, humano, financeiro e social). O acesso a tais estratégias, mediado por instituições e relações sociais, facilitará e permitirá melhores condições para que estes agricultores desenvolvam qualidade de vida individual e familiar. No entanto, essa mudança será diretamente proporcional à capacidade e à determinação de cada agricultor, de como cada um acessa esses ativos, como reage e desenvolve-os.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

DEPONTI, C. M.; SCHNEIDER, S.; A extensão rural e a diversificação produtiva da agricultura familiar em áreas de cultivo de tabaco no Rio Grande do Sul: o caso de Dom Feliciano – RS. **Revista IDeAS**, n.2, p. 176-213, jul./dez. 2013. Disponível em:< http://r1.ufrj.br/cpda/ideas/revistas/v07/n02/06-IDeAS-v07_n02-Cidonea_Machdosergio.pdf>. Acesso em: 17 maio 2014.

ELLIS, F. The Determinants of Rural Livelihood Diversification in Developing Countries. **Journal Agricultural Economics**, n.2, p.289-302, maio 2000

ELLIS, F. Diverse Livelihoods and Natural Resources: A Research Context. **Institute of Development Studies**, n.7, p. 1-16, jan. 2001. Disponível em:< <https://www.ids.ac.uk/files/SLSA7.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A Produção da Autonomia: os papéis do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, n.15, p. 89-122, 2007. Disponível em:< <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/467.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2014.

GUANZIROLLI, C. E.; CARDIM, S. E. de C. S. **Novo retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000. Disponível em:< <http://www.faser.org.br/anexos/Retratodaagriculturafamiliar.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2014.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S.; Bases Teóricas da Abordagem de Diversificação dos Meios de Vida. **REDES**, Santa Cruz do Sul, n. 2, p. 117 – 135, maio/ago. 2012. Disponível em:< <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2032>>. Acesso em: 05 out. 2012.

SOUZA F^o, H. M. et al. Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2004. Campo Grande. **Anais...** Campo Grande, 2004. Disponível em:< <http://www.sober.org.br/palestra/12/09O442.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2014.

VOGT, O. P. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.